

RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E DIVERSIDADE RELIGIOSA: COMO AS ESCOLAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE RECIFE E OLINDA DISCUTEM O LUGAR DO NEGRO NO CURRÍCULO DA DISCIPLINA DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA

Joel Severino da Silva¹; Aurenéa Maria de Oliveira²

¹Estudante do Curso de Pedagogia - CE – UFPE; E-mail: tecnicoagricola_joel@hotmail.com,

²Docente/pesquisadora do Depto. de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação – CE – UFPE. E-mail: aurenea@yahoo.com.br.

Sumário: Os resultados e conclusões apresentados neste trabalho estão fundamentados em informações dadas pelos parceiros/atores da pesquisa, esta realizada nas escolas da rede estadual e municipal de Recife e Olinda, e em suas respectivas secretarias. Nosso foco foi o de verificar como vem sendo ministrado o ensino de História da África, em ambas as redes, e tentar entender como e quais discursos hibridizam a prática pedagógica nessas aulas, ampliando ou limitando o debate sobre as religiões afro-brasileiras. Para tal, utilizamos como referencial teórico a Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e como metodologia, a Análise do discurso (AD) de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Assim, Buscamos compreender a importância e o lugar que o negro ocupa neste ensino, garantido pela Lei nº 10.639/03. A análise dos dados sinalizou para um discurso hegemônico que rejeita as religiões afro-brasileiras como temática relevante para o trabalho com a cultura africana em nosso país, esboçando preconceitos e estigmas sociais.

Palavras-chave: educação; ensino de História da África; intolerância religiosa

INTRODUÇÃO

A importância do negro e de sua cultura na sociedade brasileira, ressaltados na luta de movimentos espalhados pelo país e na Lei nº 10.639, põe em questão o (re) conhecimento e valorização dos afro-brasileiros, se fazendo então necessário estudar o continente africano no Brasil. A educação, sendo um construto social, sofre historicamente maneiras diferentes de se apresentar, esboçando posições que a partir do currículo, hegemonomizam discursos na medida em que as narrativas expressas neste trazem concepções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais deles podem ser representados e excluídos de qualquer representação.

Passando a frequentar espaços sociais que lhe colocavam num lugar social e cultural inferiorizado, o negro teve dificuldades de acesso à educação no Brasil tendo em vista que a organização da escola aqui era branca, eurocêntrica e patriarcal. O não reconhecimento desse processo foi longo e ainda hoje persiste, pois, é como se o problema não estivesse no branco, mas sim no negro. Portanto, o discurso hegemônico vigente apregoa muitas vezes uma não necessidade de problematizar questões que envolvem a inferiorização deste segmento, como se isso fosse desnecessário.

Diante deste panorama, nosso intuito neste trabalho foi o de compreender e consequentemente contribuir para o debate do (re) conhecimento de ações afirmativas em torno do negro, levando em consideração a resistência que se tem no processo de

aceitação das religiões de matriz africana dentro do ensino de História da África. Sendo assim, a pesquisa se deu com o fim de compreender como se dá na prática das escolas públicas de Recife e Olinda, o ensino de História da África e o lugar que o negro e as religiões afro-brasileiras ocupam nestes espaços.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho iniciou-se em agosto de 2014. Como etapa inicial, foi feito o levantamento de dados bibliográficos referentes à temática de pesquisa, onde tivemos reuniões com a professora orientadora que nos apresentou o projeto, os autores, a teoria e a metodologia que o fundamentam. Em momento seguinte, se deu a ida ao campo, utilizando como instrumento de pesquisa um questionário.

Realizando um total de 11 entrevistas, utilizamos como procedimento inicial o método da entrevista semi-estruturada; após a realização das gravações, partimos para o trabalho de transcrição e em seguida, para o exame do material, consubstanciados pela Análise de Discurso (AD); no entanto, examinamos as falas dos entrevistados, correlacionando a AD à Teoria do Discurso (TD) com a finalidade de localizar discursos hegemônicos em torno do tema pesquisado, ou seja, os sentidos articulados ao redor da cultura afro-brasileira e religiões afro-brasileiras no ensino de História da África nas instituições educacionais pesquisadas.

Assim, dando ênfase às entrevistas realizadas, procuramos compreender os discursos que se hibridizam no campo do ensino de História da África a partir da fala dos profissionais da educação que, dependendo da posição de sujeito e/ou lugar que estes ocupam, expressam efeitos ideológicos pró ou contra este tipo de ensino.

A partir disso, buscamos identificar se eles consideram importante discutir a cultura africana na e para a construção da sociedade brasileira, ou se reproduzem o estigma predominante em se tratando dessa temática. Assim, nossa ida a campo teve como finalidade, observar como o negro é pensado e qual o lugar que ocupa, e conseqüentemente como as religiões afro-brasileiras são contempladas no ensino de História da África. Buscamos compreender questões em torno de: como estão sendo dadas essas aulas? A partir de que recursos os professores trabalham ou desenvolvem as suas atividades? Como esses profissionais mobilizam instrumentos teóricos e metodológicos para tratar esse assunto? Quais os materiais didáticos e orientações que os docentes recebem de suas respectivas secretarias e outros órgãos competentes sobre este tema?

RESULTADOS

Diante dos dados coletados entre os entrevistados, nos espaços pesquisados, identificamos, com base na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a presença de uma prática discursiva hegemônica cristã/católica/pentecostal e neopentecostal, que mesmo com a presença da lei 10.639, ainda não enxerga à importância do ensino da cultura afro, especificamente das religiões afro-brasileiras, para a construção de uma sociedade mais igualitária no trato com os negros. Isto fica explícito na fala da maioria dos entrevistados, sobretudo, nas dos gestores e representantes das secretarias de educação.

Logo, identificamos que a instituição escola não só exerce poder, como esse poder influencia nas decisões que a mesma toma para o funcionamento da disciplina de ensino de História da África. Talvez isso indique o porquê de que mesmo com a Lei estando

sancionada desde 2003, ainda hoje em 2015, não há na rede estadual e municipal de ambos os municípios pesquisados, Recife e Olinda, uma sistematização para o funcionamento continuado e organizado desta disciplina.

Quer queira quer não, isso acaba reverberando nas salas de aula, tornando o ensino e consequentemente a valorização cultural e simbólica afro, algo exótico e estereotipado, deixando muitas das vezes o professor limitado a livros didáticos que ainda tendem a colocar o negro à margem socialmente. Ainda nas entrevistas identificamos que os professores possuem autonomia para selecionarem os conteúdos e os materiais em suas atividades. Porém, as entrevistas sinalizam que esta autonomia se dá justamente pelo fato dos demais órgãos competentes não darem este subsídio.

DISCUSSÃO

Mesmo com mudanças na lei e a obrigatoriedade do ensino de História da África, observamos que a disciplina em questão ainda não se consolidou como tal nos espaços pesquisados, sobretudo em se tratando de seu currículo e conteúdos programáticos limitados a comemorações de datas como o dia da Consciência Negra, por exemplo. Desse modo, se associarmos a prática de comemoração do dia 20 de Novembro com a não capacitação nem formação para o professor, compreendemos que este ensino tende a dá pouca ênfase a historicidade destes sujeitos, expressando dificuldades em (re) conhecer a cultura afro na história do Brasil como relevante. Assim, é importante que se estabeleçam outros parâmetros para além desses, parâmetros que de fato se debruçam sobre um trabalho de desconstrução do lugar do negro em nossa sociedade e que não valorizem como sendo sua contribuição apenas elementos vinculados à culinária, à dança, aos jogos etc.

Assim, quando o debate, no ensino de História da África não está bem articulado a uma compreensão ampla da importância desses sujeitos, e dependendo do discurso que hibridiza a prática do professor no ensino destas aulas, acaba se cristalizando um discurso estereotipado que não subverte concepções e identificações a respeito desse segmento.

CONCLUSÕES

A Teoria do Discurso com a qual trabalhamos defende que não existe realidade fora da prática discursiva. Numa leitura geral da pesquisa que realizamos, pudemos identificar uma disputa em se tratando de significados em torno do ensino de História da África em função dos fluxos discursivos que orientam a prática pedagógica em sala de aula, atravessada pela ideologia da intolerância para com as religiões afro-brasileiras. Neste caso, a escola é compreendida como espaço/campo social, primeiro porque se torna um lugar de práticas culturais, onde crianças e adultos hibridizam seus discursos; segundo, porque as práticas pedagógicas e os processos de ensino/aprendizagem são orientados pelo currículo, que tende a trazer conhecimentos legitimados, efeito de um discurso hegemônico.

O currículo é uma expressão de poder, que deixa outros saberes culturais fora do discurso pedagógico na medida em que define quais culturas podem ser representadas. Desta, maneira, para que a disciplina de História da África possa ser trabalhada como propõe a Lei nº 10.639/03, se faz necessário que professores, gestores e representantes das secretarias de educação estaduais e municipais de Olinda e Recife se desprendam de seus (pre) conceitos, hegemonzando outros sentidos na interação e hibridização com a cultura africana. Assim, o que ficou evidente nas entrevistas, é que o hibridismo e a

tolerância religiosa são conceitos ainda não compreendidos nos discursos educacionais devido a raízes religiosas, sobretudo de cunho católico e pentecostal e neopentecostal, que dificultam um outro olhar para elementos da cultura negra envolvendo, entre outros fatores, suas tradições religiosas.

AGRADECIMENTOS

À professora orientadora pela atenção dedicada. Ao CNPq e à Propesq/UFPE pelo apoio dado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africana – LEI 10.639*. 2003.
- DUARTE, R. A Entrevista em Pesquisas Qualitativas. In: *Educar*. Curitiba, n.24, p.213-225. Editora UFPR. Curitiba, 2004.
- GABRIEL, C. T. & COSTA, W. Que – Negro é Esse que se Narra no Currículo de História? In *Revista Teias*, v. 11, n. 22, p. 93-112, 2010.
- GOHN, M. G. Educação Não Formal: conceito, campo e Educação Social. In: *A Educação não Formal em Ação*. Cortez, 2010, p. 7-21.
- LACLAU, E; MOUFFE, C. 2011. *Hegemonia y Estrategia Socialista*. Hacia una radicalización de la democracia. 3ª ed. 1ª reimp. – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- LIMA. H. P. Personagens Negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: *Superando o Racismo na Escola*. Munanga. K., p. 101-116. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2005.
- MATOS. M. C. & PAIVA. E.V. Hibridismo e Currículo: ambivalência e possibilidades. In: *Currículo sem Fronteiras*, v.7, n.2, pp.185-201, Jul/Dez 2007.
- MENDONÇA, D. A Noção de Antagonismo na Ciência Política Contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da Teoria do Discurso. In *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 20, p. 135-145, jun., 2003.
- OLIVEIRA. A. & LOPES. A. C. A abordagem do Ciclo de Políticas: uma leitura pela teoria do discurso. In: *Cadernos de Educação/ FaE/PPG/UFPE*, 2011.
- OLIVEIRA, L. O. A. *Expressões de Vivência da Dimensão Racial de Pessoas Brancas: representações de branquitude de indivíduos brancos* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, 2007.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos/ 11ª edição*, Pontes Editores. Campinas SP, 2013.
- PARÂMETRO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE PERNAMBUCO, 2013.
- SANTOS, S. A. A Lei nº 10.639/03. In: *Educação Anti-Racista: caminhos abertos pela Lei nº 10.639/03/*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.
- SCHWARCZ, L. M. 2001. *Racismo no Brasil*. Publifolha. São Paulo.